



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Raquel de Caria Patricio

Universidade de Lisboa, Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa,
Portugal (raquelpatricio@iscsp.ulisboa.pt)



ORCID ID:
orcid.org/0000-0001-8630-0677

A Revolução Cubana, a deriva do regime castrista e os destinos de Cuba pós-Fidel Castro

The Cuban Revolution, the drift of the Castro regime and the destinies of Cuba after Fidel Castro

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17021>

Meridiano 47, 17: e17021, 2016

Resumo

Com este artigo pretendem-se analisar os possíveis cenários de evolução, no curto e médio prazo, de Cuba pós-Fidel, após uma retrospectiva do que foi a Revolução Cubana, suas motivações democráticas e anticomunistas e sua deriva autoritária e posteriormente seu pendor soviético.

Abstract

This article intends to analyze the possible scenarios of evolution of Cuba after Fidel in the short and medium term, after a retrospective of the Cuban Revolution, its democratic and anticommunist motivations and its authoritarian drift and later its Soviet leaning.

Palavras chave: Revolução Cubana, Fidel Castro, regime cubano.

Keywords: Cuban Revolution, Fidel Castro, Cuban regime.

Recebido em 2 de dezembro de 2016

Aprovado em 27 de dezembro de 2016

Os destinos da Revolução Cubana

“Le guste o no a sus detractores, Fidel Castro tiene un lugar reservado en el panteón mundial consagrado a las figuras que con más empeño lucharon por la justicia social y que más solidaridad derrocharon en favor de los oprimidos de la Tierra”

Ignacio Ramonet (2006: 8)

A morte de Fidel Castro representa o desaparecimento de uma das figuras mais emblemáticas do século XX e, sem dúvida, o início de uma nova era em Cuba. Pese embora o facto de Fidel ter estado afastado do poder informalmente desde

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



2006 e, depois formalmente desde 2008, quando o delegou praticamente todo nas mãos de seu irmão Raúl Castro, todas as decisões “*pequenas ou grandes*” continuavam a ser tomadas por ele (RAMONET, 2006: 6). Agora, o futuro surge relativamente imprevisível em Cuba, permitindo-nos elaborar quatro cenários possíveis de evolução num prazo não muito dilatado no tempo. Se é este o objetivo fundamental deste artigo, não pode deixar-se de lado o caminho da Revolução que fascinou os intelectuais e reformistas por todo o mundo e em particular na América Latina submetida à época por regimes autoritários e militares, tampouco avaliar os êxitos sociais da Revolução alcançados às custas das liberdades civis e individuais. A Revolução que apavorou os EUA e que esteve no epicentro da Guerra Fria, embora esta não fosse a sua intenção.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os partidos comunistas na América Latina haviam crescido significativamente, tal como na Europa, especialmente porque a URSS havia sido um aliado de peso na luta contra o fascismo. Porém, o crescimento da esquerda na América Latina fora causado fundamentalmente por um movimento em direção à democracia, à medida que as classes trabalhadoras urbanas e as classes médias exigiam maior participação na vida pública nacional (LIVINGSTONE, 2009: 25).

Este florescimento democrático não teve, porém, resultados práticos. Os grandes proprietários das terras rapidamente restauraram os velhos métodos de controle e, no final dos anos 1940 e início da década seguinte, os militares tomariam o poder na Venezuela (com Pérez Jiménez, 1952-1958), no Peru (com Manuel Odría, 1948-1956), no Paraguai (com Alfredo Stroessner, 1954-1989), na Colômbia (com Rojas Pinilla, 1953-1957) e em Cuba (com Fulgêncio Batista, 1952-1959), enquanto as repúblicas centro-americanas abandonavam as suas promessas de liberalização, com o apoio dos EUA (LIVINGSTONE, 2009: 25).

Em todo o caso, em 1958, os EUA viriam a retirar o seu apoio a Fulgêncio Batista, porque a repressão e a corrupção do regime faziam crescer a oposição, que já não incluía apenas estudantes e trabalhadores, mas a maior parte da classe média, pelo que se tornava fácil antever que os dias de Batista no poder estavam contados (LIVINGSTONE, 2009: 30).

Já em 1953 o jovem advogado Fidel Castro tentara, sem sucesso, derrubar Batista, através do célebre movimento 26 de Julho. Foi na sequência deste movimento fracassado e controlado pelas forças governamentais que Fidel foi enviado para o exílio no México, onde conheceu o também jovem argentino “Che” Guevara, de quem se tornaria amigo próximo.

Com Che Guevara e 82 homens, Fidel parte do México no iate Granma em direção a Cuba numa madrugada de Novembro de 1956, chegando às costas da pequena ilha caribenha uma semana depois e, a Havana, no último dia de 1958. Desta vez era o tudo ou nada e Fidel Castro consegue derrubar Fulgêncio Batista e assumir o poder, no dia 1º de Janeiro de 1959, dando início à sua Revolução. Com um programa vago, as propostas eram claramente radicais para a Cuba da época, centrando-se no anticomunismo e na redemocratização do regime, com ideias de liberdade, democracia, justiça social e a necessidade absoluta de se restaurar a Constituição e realizar eleições. Não sendo marxista, a Revolução é porém inegavelmente de esquerda, feita contra os abusos e a corrupção do regime de Batista e contra o embargo norte-americano na ilha.

Neste sentido, no início da Revolução Cubana, Fidel Castro representa uma esperança formidável para intelectuais e jovens de todo o mundo, após a crise estalinista, e para toda a América Latina, submetida a regimes autoritários, quer tenham sido tomados pela força, quer tenham sido democraticamente eleitos, como Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) no Brasil e Juan Domingo Peron (1946-1955; 1973-1974) na Argentina.

A Revolução Cubana foi uma enorme fonte inspiradora para os intelectuais reformadores e revolucionários da América Latina – e de todo o mundo – tendo Che Guevara assegurado que o exemplo de Cuba poderia vir a repetir-se. No seu *Guerrilla Warfare*, de 1961, Guevara afirmou que as guerrilhas tinham capacidade para derrotar exércitos convencionais, ao analisar as três lições fundamentais que a Revolução Cubana havia dado relativamente à condução dos movimentos revolucionários na América, a saber: “1) as forças populares podem vencer guerras contra o exército; 2) não é necessário esperar que todas as condições ideais para a condução da revolução estejam reunidas, já que a própria insurreição pode criá-las; 3) na América subdesenvolvida o interior é a região básica para o conflito armado” (GUEVARA, 2006 [1961]: 2).

É assim que Fidel e a sua Revolução conquistam Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Régis Debray, mas os primeiros desvios do regime desiludem muitos intelectuais, sobretudo quando, logo em 1961, no primeiro congresso *revolucionário* dos escritores, Fidel Castro traça claramente os limites da liberdade de expressão ao afirmar “na Revolução tudo, contra a Revolução nada”. Inicia-se a perseguição aos intelectuais e artistas por seu *pensamento subversivo* e muitos escolhem o exílio. Ainda assim, Fidel continua a fascinar e o Nobel da Literatura, o escritor colombiano Gabriel García Marquez nunca deixou de ser um grande amigo de *El Comandante*.

O triunfo do movimento revolucionário em Cuba arrebatou o interesse das diplomacias latino-americanas, à época pressionadas pelo conflito ideológico que opunha as duas superpotências (CERVO, 2001: 129). Depressa a questão cubana se transformaria no centro das preocupações e dos movimentos diplomáticos dos países da região que, encarando com desconfiança crescente a presença e ação norte-americanas na região reforçavam o seu nacionalismo – mesmo os governos que, à época, se desviavam para ditaduras de direita (CERVO, 2001: 130). No seio destas contradições, a cisão continental tomava rapidamente forma, evidenciando-se com clareza em 1962, quando Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), com alguns países a apoiar a decisão norte-americana e outros a condená-la, em favor do regime cubano. A cisão consumava-se e, com ela, o reforço dos nacionalismos (CERVO, 2001: 131).

Na verdade, a Revolução Cubana teria uma influência muito acentuada na região, especialmente sobre a América Central, durante as guerrilhas das décadas de 1970 e 1980, decaindo, a partir de então, como *alternativa* ao modelo capitalista patrocinado pelos EUA (MUNCK, 2008: 35).

De facto, os desvios da Revolução já se haviam consumado e rapidamente a deriva autoritária do regime castrista atingia as liberdades civis e individuais, de imprensa e de associação, com uma doutrinação ideológica constante e permanente. Nunca sendo um regime sanguinário, como seriam os do Cone Sul, o regime castrista seria um regime em que a repressão seria sempre feita pelo medo, pela incapacidade de livre expressão e por inculcação ideológica. Quando Che Guevara é

assassinado pelos militares bolivianos em 1967 – Guevara havia deixado Cuba em 1965 para lutar na guerrilha do Congo e, depois, na Bolívia (1966) – o sonho cubano de exportar a Revolução começou a desvanecer-se, acabando em 1968, quando Fidel Castro sucumbiu ao realismo e pragmatismo de apoiar os Soviéticos na invasão à Checoslováquia (LIVINGSTONE, 2009: 37).

Na verdade, não poderia ter sido outro o comportamento de Castro. Expulsa da OEA desde 1962, Cuba sofria com o cada vez mais forte embargo promovido pelos EUA, que não lhe deixava outra escolha senão apoiar-se na URSS para obter petróleo e bens de primeira necessidade. Afinal, não havia sido em favor do soviétismo que a Revolução Cubana fora feita. De esquerda, o socialismo cubano não era marxista, antes se afirmava uma via alternativa ao comunismo soviético, tendo inclusive Cuba desenvolvido uma ação própria e autônoma da ação soviética nas lutas pela independência travadas em África. Apoiando os movimentos de libertação nacional, Cuba não foi um satélite de Moscou nesse apoio, antes um ator independente nessas guerras coloniais, atuando de forma autônoma frente às duas superpotências que nesses teatros jogavam as cartas da Guerra Fria (BERNARDINO, 2013: 320; WHEELER & PÉLISSIER, 2011: 361; SÁ, 2011: 221-222).

Porém, a intransigência norte-americana face a Cuba veio fortalecer o governo cubano, que justificava a restrição dos direitos e liberdades civis com a ameaça externa. Embora a ilha não fosse o paraíso socialista retratado pelos apoiantes de Fidel, a Revolução Cubana, defrontando a potência do mundo Ocidental, influenciou os radicais e anti-imperialistas por todo o mundo, irritando os EUA. Assim, *evitar uma nova Cuba* tornava-se a grande obsessão do Pentágono, do Departamento de Estado e da CIA, dando aos presidentes norte-americanos uma justificação plausível para apoiar os regimes autoritários e as ditaduras militares na América Latina (LIVINGSTONE, 2009: 36).

Na verdade, a reação dos EUA à Revolução Cubana havia sido violenta, já que, pretendendo manter a sua hegemonia sobre toda a região, nem Eisenhower (1953-1961) nem Kennedy (1961-1963) estavam dispostos a tolerar um governo de esquerda numa ilha situada a cerca de 160 km da Flórida, que era um destino da riqueza norte-americana e uma fonte de lucrativos retornos oriundos de atividades ilícitas como o jogo (LIVINGSTONE, 2009: 24).

Mesmo assim, erigia-se em Cuba uma sociedade que erradicaria o analfabetismo nos primeiros anos da Revolução – hoje, Cuba tem uma taxa de alfabetização de 98% – e faria da saúde e da habitação direitos básicos dos cidadãos, sendo a educação, até ao nível superior, universal e gratuita. Com efeito, Cuba apresenta resultados inegáveis do ponto de vista do desenvolvimento humano, designadamente em matéria de abolição do racismo, emancipação da mulher, erradicação do analfabetismo, redução drástica da mortalidade infantil e elevação do nível cultural em geral (RAMONET, 2006: 7-8). Em termos de mortalidade infantil, Cuba apresentava, em 2014, um índice de 6,2 pontos – um índice que está ao nível dos piores índices dos países de IDH *muito elevado* (PNUD, 2015: 235). Nas palavras de Ignacio Ramonet (2006: 8), “*em questões de educação, de saúde, de investigação médica e de esporte, Cuba alcançou níveis iguais aos dos países mais eficientes*”.

Com efeito, Cuba, que em 2014 detinha, em termos mundiais, a 67ª posição em termos de *ranking* de IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), está em 9º lugar dentre os países latino-americanos em matéria de IDH, com um Índice de Desenvolvimento Humano

que o PNUD considera *elevado* (de 0,769 pontos, pouco abaixo do 1º colocado da América Latina, a Argentina, com 0,836 pontos) (PNUD, 2015: 208-210). Mesmo assim, em 2013, Cuba ocupava a 44ª posição mundial em termos de IDH (PNUD, 2014: 166).

No entanto, e não obstante a imagem de Fidel Castro sempre ter estado muito presente na sociedade cubana, designadamente através dos meios de comunicação social, não existem retratos oficiais, moedas, ruas ou avenidas, edifícios ou monumentos dedicados a Fidel nem a nenhum dos líderes vivos da Revolução (RAMONET, 2006: 7), o que seguramente tem a ver com a forma frugal e austera de vida que Fidel Castro sempre levou, e com o facto de sempre ter estado muito associado aos ideais do grande herói da independência latino-americana, José Martí, de quem foi um exímio seguidor, lendo-o e relendo-o vezes sem conta (RAMONET, 2006: 10), com ideias que manipulou em prol da Revolução – a haver ruas ou avenidas, edifícios ou monumentos dedicados a um herói teria de ser a José Martí, a verdadeira fonte inspiradora de Fidel Castro.

Na realidade, o modelo nacional-estatista desenvolvimentista adotado em Cuba foi uma versão diferente dos modelos desenvolvimentistas adotados por toda a região entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da crise da dívida, nos anos 1980. Afinal, quando a Revolução de Fidel Castro, vendo-se em perigo de sucumbir, viu-se constrangida a optar pela economia planeada de direção central apoiada e suportada pela URSS. Embora na primeira década do novo regime a economia do açúcar tenha cedido lugar à industrialização, registrando-se paralelamente alcances sociais, os fracassos reunidos a partir da década de 1970 conduziram a uma *reorientação* da Revolução rumo à adoção de métodos capitalistas mais racionais. A Revolução, neste sentido, *institucionalizava-se* em termos políticos, com alguma abertura democrática a suavizar a liderança de Fidel. Após o derrube do muro de Berlim e o colapso da URSS, os mecanismos de mercado ganhariam uma ênfase mais acentuada, ainda que os ganhos sociais da Revolução fossem defendidos de forma obstinada (MUNCK, 2008: 35).

A morte de Fidel Castro representa a morte de uma das figuras mais emblemáticas do século XX, que esteve 47 anos ininterruptos à frente do regime socialista cubano que construiu em torno da sua liderança. Em 2006, por questões de saúde, delegou praticamente todo o poder em seu irmão Raúl Castro, até que em 2008 o fazia de modo permanente. Afastado do poder, com raras aparições públicas, que vieram escasseando com o tempo, sua opinião continuou sendo decisiva na defesa da ortodoxia e dos alcances revolucionários (RAMONET, 2006: 9), que impediram que a sociedade cubana avançasse no sentido das reformas necessárias para evitar o colapso do país. De tal forma rareavam as aparições públicas de Fidel que muito se especulava já sobre a sua morte, tendo o presidente do Vietname sido o último líder mundial a vê-lo e presenciar uma aparição pública de Fidel, a 15 de Novembro. Na semana que antecedeu a sua morte, *El Comandante* deveria encontrar-se com o primeiro-ministro canadiano, mas o encontro oficial foi cancelado. Como Fidel mais aparecia era através dos artigos de opinião que escrevia na imprensa cubana, os quais também vinham gradualmente se espaçando. Em Março, porém, chegou a publicar um artigo em que não se mostrava particularmente satisfeito com a aproximação de Cuba e dos EUA, proposta por Barack Obama em 2014 e apenas formalmente tolerada por Fidel em 2015. Nesse artigo, Fidel escrevia que “*não necessitamos que o império nos dê nada de presente*”.

A morte de Fidel Castro representa sem dúvida o fim de uma era, mas a sacudia emocional em Cuba, tanto por parte dos seus apoiantes, quanto dos seus opositores, não significa que venham por aí grandes mudanças políticas no regime cubano. Aliás, o fim da URSS e, por conseguinte, das exportações de açúcar de Cuba para a URSS, que poderia ter originado essas mudanças políticas, não originou qualquer alteração no regime político cubano, pelo que a pergunta que se impõe é a de se saber como foi possível que o regime castrista tenha resistido por tanto tempo.

Segundo Sir Hugh Thomas (2012), se é certo que o apoio soviético apenas sustentou o regime durante três décadas, uma contribuição que terminou em 1991, tendo depois o regime castrista permanecido, demonstrando que, hoje, o apoio soviético a Cuba como variável de sustentação do regime cubano é apenas encarado como um mero *accidente histórico*, talvez três ordens de razões expliquem a longevidade do regime.

Por um lado, o papel dos EUA em *ajudar* a Revolução, ao apresentar uma política errática frente a Cuba durante 60 anos e, dentro dos EUA, a política contraproducente levada a cabo pelo *lobby* cubano no exílio. Fidel Castro frequentemente justificava as carências do seu regime com a perseguição norte-americana através do embargo e da política duvidosa do *lobby* cubano no exílio. Assim, Fidel tinha um grande inimigo a quem apontar o dedo pelas dificuldades económicas por que passava a ilha – e soube fazê-lo magistralmente, capitalizando em seu favor a figura do inimigo do *império* (THOMAS, 2012), a quem também culpava pela necessidade de impor restrições aos direitos e liberdades civis para prosseguir com a sua Revolução.

Por outro lado, a Revolução Cubana foi de início um produto nacional e não imposto pelos tanques e armas soviéticos (THOMAS, 2012).

Finalmente, a personalidade do líder, *insubstituível*, sem igual na América Latina, por muito que Hugo Chávez o tenha querido igualá-lo (THOMAS, 2012). Ignacio Ramonet, a quem Fidel Castro concedeu a mais extensa das entrevistas, de cerca de 100 horas, enquanto diretor do *Le Monde Diplomatique*, diz ter descoberto um “*Fidel íntimo, bem educado e muito caloroso, que presta atenção a cada interlocutor e fala com sensatez e sem afetação. Com modos e maneiras de grande cortesia, sempre atento aos demais, e em particular aos seus colaboradores e às suas escoltas, nunca empregando uma palavra mais alta que a outra. Nunca lhe ouvi uma ordem*”, testemunha Ramonet, “*mas exerce uma autoridade absoluta à sua volta. Pela sua personalidade esmagadora. Onde está, só se ouve uma voz: a sua*” (RAMONET, 2006: 9).

Neste sentido, o legado do castrismo e a razão da sua prolongada existência assentam numa variável nacional e noutra pessoal, no contexto latino-americano. O regime vendeu na América Latina a construção de uma nacionalidade que reforça a origem espanhola pela imigração, incorpora o elemento africano e o impacto negativo causado pelos norte-americanos – elementos que já José Martí havia enunciado. Simultaneamente, o sentimento anti-norte-americano é explorado ao paroxismo e integrado como parte da identidade nacional, o que o resto da América Latina nunca conseguiu fazer, ou pela distância frente aos EUA, ou pela sua proximidade (América Central e México) (THOMAS, 2012).

Manipulando o pensamento de José Martí – o que Chávez tentou fazer com Simon Bolívar e não conseguiu –, Fidel Castro moldou o Estado e a nação cubanos e identificou-os à sua liderança (THOMAS, 2012).

Não será fácil assumir o lugar de Fidel na América Latina; mais fácil será, porventura, ir diluindo a mitificação dos feitos da Revolução Cubana. O futuro surge, agora, relativamente imprevisível. Para os mais otimistas, Cuba seguirá um complexo processo de democratização apoiado, tanto pela diáspora cubana no exílio, quanto pelos EUA – que já fizeram a sua aproximação depender da restauração das liberdades civis e individuais em Cuba – preocupados com possíveis vagas de refugiados cubanos para a Flórida –, fazendo surgir uma economia substancialmente dependente da norte-americana, até porque são muitos os laços históricos que ligam a pequena ilha caribenha aos EUA (PATRÍCIO, 2012: 257).

Com efeito, os interesses económicos da comunidade cubana e cubano-descendente da Flórida em Cuba são muitos e esta comunidade está agora pronta a regressar ou ir pela primeira vez para a ilha caribenha, não por razões políticas – dado que a maioria desta comunidade é até politicamente apática e não comunga das razões histórico-políticas que levaram os progenitores a abandonar Cuba em direção aos EUA –, mas por razões económicas. Os membros desta comunidade estão prontos a abrir os respetivos negócios numa ilha que se poderá vir a transformar numa extensão da economia norte-americana por via do regresso a Cuba dos exilados cubanos na Flórida e seus descendentes. Neste sentido, se não são esperadas transformações políticas e económicas no curto prazo em Cuba em função do desaparecimento da figura de Fidel Castro, é bem possível que esta comunidade de cubanos na Flórida seja o verdadeiro motor dessas transformações, a começar pela via económica, num prazo não muito dilatado no tempo.

Para os menos otimistas, Cuba seguirá o caminho traçado por Fidel, mas para tanto faltam-lhe apoios. Poderia apoiar-se na Venezuela, já que os subsídios de açúcar providos em outros tempos pela URSS foram substituídos pelos mais de 115 mil barris de petróleo por dia fornecidos pela Venezuela, mas uma vez a Venezuela sem Chávez e enfrentando as dificuldades que enfrenta hoje, torna-se difícil a Cuba considerar viável o apoio venezuelano. Cuba poderia, então, procurar apoios em outros países *amigos* como o Irão (PARSHLEY, 2011), mas não sendo hoje o Irão, do mesmo modo, uma alternativa viável, é mais provável que, para estes céticos, Cuba continue na dependência económica da China, o seu grande suporte político e económico.

É ainda possível que apoiantes, opositores e moderados formulem uma política realista para Cuba, mais pragmática, que procure combinar estabilidade e segurança, designadamente no entorno imediato do Caribe e do México, mantendo os avanços reais da Revolução Cubana como modelo a adotar (THOMAS, 2012). Um modelo que combine esta via de segurança com a estabilidade económica, o que exige uma adaptação dos alcances reais da Revolução no quesito social com a sustentabilidade económica da pequena ilha, já que o modelo atual, manifestamente, mantém um modelo social incompatível com a sua viabilidade económica.

Mantendo-se o *status quo* do regime quase inalterado no segundo cenário apresentado, vale lembrar que, em qualquer dos dois outros cenários, as transformações não serão imediatas, sendo

certo que uma via alternativa, aparentemente mais viável, conjuga estes dois cenários, já que a um eventual modelo que combine a viabilidade económica de Cuba com a sua segurança, com a consequente alteração paulatina do regime político, inserir-se-ão sempre os interesses da diáspora cubana na Flórida, desejosa de regressar a Cuba para aí instalar os seus negócios. É neste sentido que esta diáspora poderá vir a ser o grande motor das transformações que hão de se processar na pequena ilha caribenha.

Referências Bibliográficas

- BERNARDINO, Luís (2013). *A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana*. Almedina: Lisboa.
- CERVO, Amado Luiz (2001). *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Editora UnB: Brasília DF.
- GUEVARA, Ernesto Che (2006 [1961]). *Guerrilla Warfare*. Centro de Estudios Che Guevara. Ocean Press y Ocean Sur: México DF.
- LIVINGSTONE, Grace (2009). *America's Backyard – The United States and Latin America From the Monroe Doctrine to the War on Terror*. Zed Books and Latin American Bureau: London.
- MUNCK, Ronaldo (2008). *Contemporary Latin America*. Palgrave Macmillan: New York.
- PARSHLEY, Louis Farrow (2011). *As Chávez Falters, Cuba Faces na Uncertain Future*. In *The Atlantic*, [<http://www.theatlantic.com/international/archive/2011/07/as-chavez-falters-cuba-faces-na-uncertain-future/242333/>]. Acessado em: 15 de Janeiro de 2012.
- PATRÍCIO, Raquel de Caria (2012). *Estudos de Área: América Latina – Uma Visão da América Latina*. ISCSP/UTL: Lisboa.
- PNUD (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015 – Trabalhar para o Desenvolvimento Humano*. Disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report_1.pdf]. Acessado em 13 de Janeiro de 2016.
- PNUD (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o Progresso Humano: reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. Disponível em [<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH204pt.pdf>]. Acessado em 02 de Outubro de 2015.
- RAMONET, Ignacio (2006). *Cien Horas con Fidel Castro. Conversaciones con Ignacio Ramonet*. Edición Pedro Alvarez Tabío: La Habana.
- SÁ, Tiago Moreia de (2011). *Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. D. Quixote: Lisboa.
- THOMAS, Hugh (2012). *Cuba: La Lucha por la Libertad*. Debolsillo: Madrid.
- WHEELER, Douglas & PÉLISSIER, René (2011). *História de Angola*. Tinta da China: Lisboa.